1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social e Paroquial de Bucos
Sede: Lugar de Vila Boa
4860 - 122 Bucos

Natureza da actividade: Actividades de apoio à Terceira Idade.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tornou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acréscimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em " Devedores por acréscimos de rendimentos"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimo de gastos".

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de Balanço e da Demonstração dos

resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Politicas contabilísticas e os critérios de mensuraçãoadoptados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de facho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são considerados como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “activos fixos tangíveis” e

mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos activos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de activos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contractos que os estabelecem.
Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testas de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”,por forma a que as mesmas reflictam o seu valor razoável liquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	0,19€	0,21€
Depósitos à ordem	148.509,42€	137.091,56€
Depósitos a Prazo	400.000,00€	400.000,00€
Total Caixa e Depósitos Bancários	**548.509,61€**	**537.091,77€**

5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente

A Entidade, a 31 de Dezembro de 2018 não tinha qualquer divida a fornecedores, e tinha 5.279,79€ a haver de clientes.

6. Impostose contribuições

6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo devedor 2018	Saldo credor 2018	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017
Imposto sobre rendimento	10,08€		37,82€	
Iva–Reembolsos Pedidos	2.117,00€		1.041,48€	
Retenção de impostos sobre rendimentos		478,00€		456,50€
Contribuições para Segurança Social		3.036,75€		2908,17€
Total	**2.127,08€**	**3.364,67€**	**1.079,30€**	**3.364,67€**

7. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 a Entidade não tinha qualquer financiamento.

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Gastos a reconhecer	3.376,91€	3.015,82€
Total	**3.376,91€**	**3.015,82€**
Rendimentos Reconhecer		
Subsídios investimentos		
Total		

9. Inventários

9.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2018	**2017**
Saldo inicial	511,02€	423,00€
Compras	31.022,93€	30.221,12€
Reclassificação Regularização Inventário		
Saldo final	183,00€	511,02€
Gastos do período	**31.350,95€**	**30.133,10€**

10. Activos fixos tangíveis

Divulgação sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transf.	31-12-2018
Edifíciosoutras construções	339.475,71€				339.475,71€
Equipamento básico	59.682,08€				59.682,08€
Equipamento de transporte	40.750,00€	13.658,29€		11.250,00€	43.158,29€
Equipamento administrativo	24.483,16€				24.483,16€
Outros AFT					
AFT em curso					
Activo Fixo Tangível Bruto	**464.390,95€**	**13.658,29€**		**11.250,00€**	**466.799,24€**

Edifícios Outras Construções	100.831,11€	6.786,09€			107.617,20€
Equipamento básico	52.872,18€	1.132,32€			54.004,50€
Equipamento de transporte	40.750,00€	5.900,00€			40.750,00€
Equipamento administrativo	24.483,16€	1.707,29			26.190,45€
Outros AFT					
Depreciações acumuladas	**218.936.45€**	**9.625,70€**			**228.562,15€**
Activo Tangível Líquido	**245.454,50€**	**(4.032,59)€**			**249.487,09€**

11. Fundos patrimoniais

Nos "fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Transf.	Diminuições	Regularização	Saldo Final
Fundo Social	4,98€				4,98€
Reservas	90.093,00€				90.093,00€
Resultados Transitados	687.280,51€		(10.866,25€)		676.414,26€
Resultado Liquido	(10.866,25€)	15.672,20€	(10.866,25€)		15.672,20€
Total dos Fundos Patrimoniais	**766.512,24€**	**15672.20€**	**0,00€**		**782.184,44€**

12. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	**31-12-2018**	**31-12-2017**
Prestação de serviços	118.523,61€	110.581,29€
Lares	101.714,61€	92.082,79€
Apoio Domiciliário	16.809,00€	18.498,50€
Outros Rendimentos e ganhos	**4.413,45€**	**10.941,36€**
Transporte/Acompanhamento	2.127,26€	1.406,25€
Fraldas	1.802,39€	1.930,00€
Pares		5.000,00€
I.S.S., I.P		
Donativos		903,26€
Outros		179,80€
Alienações em imob. corpóreo	400,00€	
Descontos de pronto pag. obtidos	23,58€	2,00€

Correcções relativas a períodos anteriores	60,22€	1.520,05€
Juros, Dividendos e outros Rendimentos	**40,30€**	**151,26€**
Juros Obtidos	40,30€	151,26€

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1. Politica contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	**2018**				**2017**		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonst.de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
I.S.S.,IP (Dotações)	Não reembolsável			130.944,87€			125.571,90€
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.944,87€**	**0,00**	**0,00**	**125.571,90€**
Outras Entidades							
I.E.F.P	Não reembolsável			8.870,66€			5.275,73€
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.870,66€**	**0,00**	**0,00**	**5.275,73€**

14. Fornecimentos e serviços externos

14.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos
Para os períodos de 2018 e 2017 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	**Ano 2018**	**Ano 2017**
Trabalhos especializados	2.777,69€	3.077,90€
Honorários		
Conservação e reparação	3.979,80€	2.844,03€
Outros	2.625,27€	249,13€
Reparação de Viaturas	2.026,57€	1.895,50€
Ferramentas e utens.desgaste rápido	618,71€	573,97€

Material de escritório	468,21€	389,20€
Electricidade	7.814,57€	7.544,73€
Gasolina	439,94€	375,77€
Gasóleo	2.304,25€	1.943,44€
Gasóleo de Aquecimento	6.400,91€	6.683,99€
Água	1.318,66€	1.503,56€
Outros	2.994,40€	4.451,20€
Portagens		
Comunicação	617,66€	802,76€
Seguros Viaturas	777,16€	635,81€
Limpeza, Higiene e Conforto	7.415,90€	6.937,56€
Encargos de saúde com utentes	273,93€	810,33€
Vigilância e Segurança	3.484,44€	2.486,47€
Outros Seguros	466,92€	453,28€
Total	**46.804,99€**	**43.592,65€**

15. Outros gastos e perdas

Para os períodos de 2018 e 2017 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Taxas	28,72€	
Imposto Único de Circulação		
FRSS		175,24€
Quotizações	120,00€	240,00€
Multas Fiscais		
Total	**148,72€**	**415,24€**
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de mora e compensatórios		
Serviços Bancários		
Total		

16. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício 2018, foi de 13 colaboradores.

16.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Gastos com o pessoal	**179.205,65€**	**175.337,93€**
Quadros Superiores e Médios	19.714,38€	18.505,40€
Profissionais Indiferenciados	103671,97€	97454,42€
Batas	346,37€	
Subsídio de Alimentação		66,73€
Horas Extraordinárias	1.110,57€	2.544,58€
Subsidio Nocturno	1.929,71€	2.779,64€
Gratificações	660,00€	695,32€
Subsídio de Férias	6.856,00€	6.857,77€
Subsídio de Natal	6.467,33€	6.688,67€
Encargos sobre Remunerações	31.052,50€	29.759,88€
Subsidio Turno	872,40€	1.031,05€
Seguros de acidentes no trabalho	1.643,73€	1.262,96€
Subsidio Transporte	682,33€	1.040,00€
Compensação Cessação Contrato		
Diuturnidades	3.697,60€	3.570,71€
Formação	195,00€	2.340,00€
Indemnizações		
Outros Custos com Pessoal		301,00€
Medicina no Trabalho	305,76€	439,80€

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

18. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.